

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.771 - RS (2019/0291760-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **EMPRESA JORNALÍSTICA DIÁRIO DA MANHÃ LTDA**
ADVOGADOS : **MELISSA DAANDELS - RS075140**
 : **IVÂNIO FORMIGHIERI MÜLLER - RS097282**
AGRAVADO : **JOSE MOACIR DONEDA**
ADVOGADOS : **MARCO ANTONIO GARCIA - RS048940**
 : **JUAREZ CARLOS MARIN - RS044235**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. MATÉRIA JORNALÍSTICA. 1. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL POR MEIO DE RECURSO ESPECIAL. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO EVIDENCIADA. 3. DANOS MORAIS. DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. 4. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 5. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por Empresa Jornalística Diário da Manhã Ltda., com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, para impugnar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 220):

APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. EMPRESA JORNALISTICA. REPORTAGEM. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. QUANTIFICAÇÃO. MAJORAÇÃO. HONORÁRIOS.

1. A eventual responsabilidade no caso em tela é subjetiva, ou seja, exige a comprovação de conduta ilícita (ação ou omissão), culpa do agente, existência de dano, além do nexo de causalidade entre a conduta e o dano. art. 927 do CC.

2. Reconhecido o caráter danoso causado pela reportagem que dá notícia do assalto envolvendo o bar da propriedade do autor, dando demandante como embriagado no momento dos fatos, informação que não encontrou lastro no boletim policial, evidenciado está o dever de indenizar, presentes os requisitos para tal.

3. O valor deve garantir, à parte lesada, uma reparação que lhe compense o sofrimento, bem como cause impacto suficiente para desestimular a reiteração do ato por aquele que realizou a conduta

reprovável. Manutenção do quantum indenizatório, consideradas as peculiaridades do caso concreto.

4. Verba honorária mantida, porque atenta ao disposto no art. 85, § 2º, do CPC e considerando a majoração da indenização.

APELOS DESPROVIDOS.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 255-271), a ora agravante alegou divergência jurisprudencial e violação dos arts. 1.022, II, do CPC/2015; 927 do CC/2002; e 5º, incisos IX, X, e XIV, e 220, § 1º, da CF/1998, sustentando, em síntese, negativa de prestação jurisdicional e ausência de ato ilícito em face do exercício regular de direito.

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fl. 278).

O recurso especial não foi admitido na origem, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

Inicialmente, deve-se ressaltar que o recurso especial não é a via própria para o debate de suposta violação de dispositivos constitucionais, porquanto a análise da matéria não é de competência desta Corte Superior, mas do Supremo Tribunal Federal, por expressa determinação da Carta Magna.

Por outro lado, não se reconhece a apontada violação do art. 1.022, inciso II, do Novo Código de Processo Civil de 2015, pois foram apropriados e legítimos os fundamentos que sustentaram a conclusão alcançada pelo acórdão local, não se podendo a ele atribuir o vício de omissão apenas porque resolveu a celeuma em sentido contrário ao postulado pela parte recorrente.

Assinala-se que o acórdão recorrido expressamente enfrentou as questões suscitadas pela parte recorrente, no âmbito dos embargos de declaração, quanto às prerrogativas de acesso a informação resguardadas na Carta Magna, bem como quanto à incidência de juros moratórios.

Logo, inexistente negativa de prestação jurisdicional na presente hipótese.

Quanto ao ponto central da controvérsia, verifica-se que, com base nos elementos de provas constantes dos autos, as instâncias de origem concluíram que houve excesso na veiculação da matéria jornalística, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 224-234, sem grifo no original):

No caso vertente, houve a demonstração de conduta ilícita por parte da demandada ao publicar reportagem a respeito de um assalto ocorrido no seu bar, indicando que o autor estava embriagado no momento da ocorrência, situação que não foi corroborada por qualquer informação policial ou prova testemunhal.

(...)

Se de um lado está assegurado no art. 220 da Constituição Federal a liberdade de expressão, de outro, está prevista no art. 5º, inciso X, Constituição Federal a garantia da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Sopesando-se estes dois bens juridicamente tutelados (liberdade de expressão e a inviolabilidade da intimidade), tenho que surge o dever de indenizar somente quando este último bem é atingido de maneira desproporcional e injusta, situação que vislumbro na hipótese.

(...)

E descabe acolher o argumento da ré de que não nominou o autor na reportagem, uma vez que em cidade pequena, e tal como corroborado pela prova testemunhal, os moradores da cidade identificam de forma automática o dono do local como sendo o autor.

Foi descuidada, para dizer o mínimo, a ré ao lançar reportagem taxando o autor de 'embriagado', por sua conta e risco sem que tal informação tivesse sido lançada em qualquer dos documentos policiais relativos ao crime.

É certo que a reparação por danos morais tem caráter pedagógico, devendo-se observar a proporcionalidade e a razoabilidade na fixação dos valores, atendidas as condições do ofensor, ofendido e do bem jurídico lesado.

(...)

Assim, assiste à parte autora o direito à reparação pelo dano moral, com base no art. 5º, incisos V e X, da Constituição Federal e art. 186 do Código Civil.

Logo, para superar o entendimento firmado pelo Tribunal de Justiça e concluir que a publicação objeto da controvérsia não constituiu exercício abusivo do direito de informar, conforme a recorrente sustenta, seria imprescindível a análise do conjunto fático-probatório do feito, providência vedada pela orientação contida no enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Outrossim, não se pode conhecer do recurso pela alínea *c*, uma vez que, aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea *a*, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo, e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 3% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator